

FESTAS CÍVICAS E RELIGIOSAS NA PARAÍBA: RELAÇÕES OU CAMPOS EM DISPUTA?

Vânia Cristina da Silva¹

Realizadas em momento oportuno, são de todo alcance e proveito educativo as festas escolares. Correspondem ao espírito amorável da escola moderna onde a criança- e nisto vai o seu próprio adiantamento- deve sentir-se guiada com bondade para achar prazer e atrativos sempre novos em seu trabalho cotidiano (RODRIGUES *apud* CÂNDIDO, 2007, p.60).

Era manhã do dia 07 de setembro de 1939, o dia deveria ser de sol já que se aproximava a primavera, para mim a estação mais bela do ano, mas ao contrário do que se esperava, o dia se fazia turvo e deveria ameaçar todo aquele entusiasmo, mas “apesar do tempo continuar muito nublado, caindo, vez por outra, pequenas chuvas, o movimento nas ruas desta capital foi intensíssimo” (Jornal *A União*, 1939, p.03), pois os preparativos estavam indo de vento em popa e toda aquela movimentação era o prenúncio dos grandiosos festejos que iriam acontecer horas mais tarde. Todos comentavam e faziam palpites de como seria mais um dia de festa na capital paraibana, pois desde que fora instaurado o Estado Novo, as festas se tornavam a cada ano um espetáculo mais veemente.

Movimentação aqui, acolá, longos ensaios e os preparativos continuavam. Enfim, tudo pronto, a festa começava, a sociedade se entregava, o momento era de alegria, os ares mudavam, as crianças brincavam sem compreender muito bem todo aquele alvoroço, como em toda festa, as pessoas andavam de um lado a outro, comentavam a vida alheia e as moças, essas sim, se exibiam em seus belos vestidos como num grande baile de gala, assim nos mostra o jornal em sua matéria sobre a festa da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes: “vendo-se as senhoritas da nossa alta sociedade [...] e as meninas que se exibiram” (Jornal *A União*, 1938, p.03). Como bem destaca o documento, durante as festas as moças tinham a oportunidade de desfilar a modinha que estava no auge daquele momento. Os homens, esses certamente discutiam a política e os últimos acontecimentos, todos aguardando curiosos os grandes discursos que seriam oportunamente proferidos pelos dirigentes da época. Nesse período as festas não eram apenas uma forma de fugir da monotonia, mas era também o momento de falar para a sociedade que ali se encontrava. Getúlio Vargas, por exemplo, não perdia

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

uma oportunidade de falar ao povo e assim discursou por um incontável número de vezes:

Tenho recebido do povo brasileiro em momentos graves e decisivos inequívocas provas de uma perfeita comunhão de idéas e sentimentos. E por isso mesmo, mais do antes jugo-me no dever de transmitir-lhe a minha palavra de fé, tanto mais oportuna e necessária se considerarmos as responsabilidades decorrentes do regime recém-instituído, em que o patriotismo se mede pelos sacrifícios e os direitos dos indivíduos têm de subordinar-se aos deveres para com a Nação (Jornal *A União*, 1938, p.01) ².

As festividades escolares não se configuravam apenas em momentos de descontração, mas havia por trás de toda aquela cena cívica o interesse e a busca constante por convencer a sociedade de que aquele era sim um dos melhores momentos de toda a história do país. Essa hiperbólica valorização da política estadonovista, pode ser percebida através de longas matérias publicadas no jornal *A União*³ e *A Imprensa*⁴. Nesses periódicos encontrei muitos discursos políticos e uma infinidade de fotografias que, vêm para complementar tudo que fora divulgado sobre o período em questão e também sobre as grandiosas festas que ocorreram nas ruas de muitas cidades do Estado paraibano.

Mas antes de adentrar nesse universo das festividades escolares, se me permite, convido você meu caro leitor a uma breve reflexão. Já que o assunto é comemoração, peço que pare alguns instantes antes de prosseguir a leitura, reflita e associe a palavra festa a algo que venha à sua mente. Pensou? Muito bem. Agora, após essa rápida reflexão, não posso garantir, mas imagino que, você logo associou a expressão, a momentos de descontração e euforia coletiva. Acertei? Acredito que sim,

² Discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas e publicado no jornal *A União* no ano de 1938.

³ Órgão vinculado ao Estado, fundado em 02 de fevereiro de 1893, criado durante o governo de Álvaro Lopes Machado e considerado o terceiro jornal mais antigo do Brasil. Esse periódico se tornou oficial e acabou assumindo a função de porta-voz dos fatos políticos e administrativos, mas “apesar de pertencer ao governo, representando, portanto, a facção oficial, constituiu-se em jornal para todos” (Jornal *A União*, 1993, s.p.).

⁴ Esse periódico foi fundado no dia 27 de maio de 1897 pelo primeiro bispo e arcebispo da Arquidiocese da Paraíba (1894-1935), Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. “O jornal tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos- era um meio de comunicação com a sociedade. Surgiu em um período de grande transformação na estrutura social brasileira”. Foi fechado em 1903 por falta de recursos, reapareceu em 1912 e novamente no dia 1 de junho de 1942 teve suas portas cerradas, por motivos políticos, pois fora publicada em suas páginas uma matéria sobre o fechamento da Escola Doméstica da Paraíba e do Colégio Leão XIII de Catolé do Rocha, fato que desagradou o então interventor Ruy Carneiro, que ordenou o fechamento do mesmo e após dois dias mandou reabri-lo, mas o mesmo só voltou a circular em 1946 e funcionou com pequenos intervalos até o ano de 1968. (Dados colhidos no *Informativo da Arquidiocese da Paraíba* publicado por Ricardo Grisi Velôso; no jornal *A Imprensa* de 1942 e em artigo publicado no livro: *Escritos de Ontem* (s.d., p. 09) pelo Mons. Odilon Pedrosa).

pois o levantamento de estudos realizados sobre as festas mostrou de forma reiterada que, em sua maioria, o conceito se relaciona a ocasiões de regozijo em que, os indivíduos buscam manifestar, confraternizar, homenagear e comemorar suas alegrias.

A festa sempre esteve presente na história da humanidade e pode ser traduzida de diversas formas, tais como: cerimônia, participação, celebração e tantas outras. Nestes termos nos alerta Cândido (2007):

As festas para diferentes sociedades no decorrer da história da humanidade, como por exemplo, nas sociedades primitivas, possuíram mesmo esse significado, foram momentos dedicados exclusivamente à manifestação da felicidade coletiva por algum acontecimento humano (nascimentos, casamentos, mortes, aniversários) ou da natureza (plantação, colheitas, mudanças das estações climáticas), expressaram algum ritual, passagem do tempo, homenagens aos deuses, dentre outras funções (CÂNDIDO, 2007, p.13).

Tudo bem, sabe-se que a festa esteve e ainda permanece presente em diversas sociedades, mas como é tratado esse conceito entre os vários pesquisadores que já se debruçaram sobre o assunto? O que é realmente a festa? A pergunta é difícil, traz em si respostas variáveis e através de inúmeras leituras, foi possível perceber que as festas vêm sendo estudadas por diversos pesquisadores. Encontra-se uma vasta quantidade de trabalhos que discutem o tema. Segundo Rosa (2004), busca-se através de seu estudo a compreensão de identidades nacionais, hierarquias sociais, relações mercadológicas, práticas de encontro, formas de sociabilidade, culturas de grupos, redes de relações sociais e econômicas, dentre outros aspectos. Contudo, quero deixar claro que o escopo desse trabalho não se trata de aprofundar as discussões em torno do significado do conceito de festa, até mesmo porque seria impossível tratar essa questão em doze páginas de um artigo, não obstante, destaco brevemente as visões de Durkheim e Mona Ozouf sobre o conceito.

Em 1912, Émile Durkheim apresentou amplas considerações a respeito das relações existentes entre o ritual e as festas em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1996), trabalho que se tornou base em bibliografias posteriores. Nessa obra clássica, o autor discute a importância do elemento recreativo e estético na religião, ele mostra a inter-relação entre a cerimônia religiosa e a idéia de festa. Destaca ainda que, as principais características de todo tipo de festa são: “a superação das distâncias entre os indivíduos, a produção de um estado de ‘efervescência coletiva’ e a transgressão das

normas coletivas” (AMARAL, 1998, p. 25). Nesses momentos de euforia festiva, o indivíduo desaparece no grupo e passa a ser dominado pelo coletivo.

Segundo Durkheim o rito é vital, é uma maneira que a sociedade encontra para respirar. Isso não significa que essa coletividade se reúne apenas pelo prazer de estarem juntas, mas em meio às festas, na maioria das vezes, existe um jogo de interesses que podem ser políticos, econômicos, enfim, “o rito é indispensável para recriar, renovar ou refazer a identidade, a personalidade do grupo e da sociedade” (BERGAMASCO, 2009, p.07). As festas são momentos em que os indivíduos se libertam e são capazes de respirar e deixarem a imaginação mais à vontade, não deixa de ser uma rápida fuga da monotonia cotidiana.

É por isso que a idéia mesma de uma cerimônia religiosa de certa importância desperta naturalmente a idéia de festa. Inversamente, toda festa, mesmo que puramente leiga por suas origens, tem certos traços da cerimônia religiosa, pois sempre tem por efeito aproximar os indivíduos, pôr em movimento as massas e suscitar, assim, um estado de efervescência, às vezes até de delírio, que não deixa de ter parentesco com o estado religioso. O homem é transportado fora de si, distraído de suas ocupações e preocupações ordinárias. Por isso, observam-se em ambos os casos as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, busca de estimulantes que elevem o nível vital, etc. (DURKHEIM, 1996, p.417/8).

Conforme destaca Durkheim, as festas e as religiões fortificam o espírito que se encontra na maioria das vezes fatigado devido ao dia-a-dia e ao desgaste do trabalho cotidiano. É ali naquele momento que, “os indivíduos têm acesso a uma vida menos tensa, mais livre, a um mundo onde sua imaginação está mais a vontade” (AMARAL, 1998, p.26/27). Durkheim alerta que, os limites que separam os rituais das recreações coletivas são flutuantes, pois uma das características importantes das religiões é seu elemento recreativo e estético. As comemorações, tanto quanto as cerimônias religiosas são essenciais para manter vivos os “laços sociais”, pois esses estão sempre correndo risco de se desfazerem. Através dos ritos festivos, “o grupo reanima periodicamente o sentimento que tem de si mesmo e de sua unidade; ao mesmo tempo, os indivíduos são revigorados em sua natureza de seres sociais” (DURKHEIM, 1996, p.409). Através dos sentimentos produzidos durante a festa, os homens podem entrar em “contato direto com a fonte de ‘energia’ social e dela absorver o necessário para se manterem sem revolta e muita contrariedade até a próxima festa” (AMARAL, 1998, p.28).

Além das considerações de Durkheim, quero destacar a forma como Mona Ozouf enfrenta o conceito em seu texto *A festa: sob a Revolução Francesa* (1976).

Que espetáculo, atualmente, julgamos perfeito se não consegue tornar-se uma festa? Que futurologia não nos promete as festas? A festa invadiu o vocabulário do ensaio político, da crítica teatral, do comentário literário. [...] A história, por um lado, desde há muito tempo tem se preocupado conscientemente mais com os trabalhos e os esforços dos homens do que com os seus divertimentos ou, como se queira, com as suas diversões. Se as festas tornam-se doravante, com pleno direito, objeto da história, deve-se isso à dupla instigação do folclore e da etnologia. Por freqüentar um e outro campo, o historiador aprendeu a levar em consideração a armadura que a ritualização dá à existência humana, mesmo que seja uma ritualização anônima, desprovida de regulamentação explícita ou de coesão coerente. Acrescente-se que, com a psicanálise, a história aprendeu, ao mesmo tempo, o interesse que pode ter a colheita do aparentemente insignificante (OZOUF, 1976, p.216/17).

Os estudos de Ozouf (1976) são pioneiros e se referem às festas em comemoração à Revolução Francesa. Segundo a autora, foi a partir do momento em que o historiador da Nova História passou a freqüentar outros campos, como o folclore e a etnologia que, foi possível uma mudança e um despertar dos estudos sobre a festa, pois esse pesquisador aprendeu a encarar a ritualização festiva como objeto de estudo. E mais, para Ozouf, foi com a psicanálise que a história aprendeu que poderia ser significativa, aquilo que parecia tão imperceptível. Ela busca ainda, apresentar uma parte do cenário das produções científicas sobre a festa e a partir de suas colocações, aponta os equívocos desses pesquisadores, já que segundo a mesma, ao estudar essas comemorações, corremos dois perigos:

Primeira tentação: fazer da repetição que a festa, com efeito, contém uma repetição consciente de si própria, em que o passado celebrado seria reconhecido por aquilo que é mantido à distância e analisado (...). Entretanto, é necessário precisar ainda que a história da festa será a história de um fenômeno em grande parte cego para a história. A outra tentação, de sentido inverso, encerra também um perigo: o de tomar como tal o ensaio de futuro que, associado à repetição do passado, a festa acontecerá. (OZOUF, 1976, p.217).

Notei que para a autora a antecipação do futuro presente na festa pertence mais ao imaginário, à projeção de um desejo comum ou coletivo do que à verdadeira antecipação da realidade. Não é possível pedir a determinadas festas, certa consciência do que ela prepara, pois “o tempo que ela anuncia não é o tempo da História” (Ibidem, p.218). No entanto, as festas da Revolução Francesa, desejaram buscar um novo tempo histórico, garantir, “a esperança ou a ilusão de uma sociedade não repressiva, em que

seria abolida toda a ruptura entre a vida cotidiana e as festas, além de ensinar a Revolução a todos àqueles que não a conheceram diretamente” (CÂNDIDO, 2007, p.29). Quando se refere às festas revolucionárias, Ozouf (1976) destaca que: “A história das festas está, portanto, na dependência estreita do acontecimento revolucionário. A circunstância decide a festa, a improvisação a completa” (p.220).

Nesses termos, concordo com a autora, pois no caso do Estado Novo, propósitos não faltavam e Getúlio Vargas passou a inventar um número significativo de comemorações. Muitas datas foram inseridas no calendário escolar, bem como O Dia da Raça (comemorado dentro dos festejos da Semana da Pátria), o aniversário do Estado Novo (comemorado no dia 10 de novembro), o aniversário de Getúlio Vargas (comemorado no dia 19 de abril), entre outras. Em meio a tantas comemorações, os jornais eram tomados por longas matérias que já no mês de outubro começavam a circular, dando a entender que as festas que viriam adiante deveriam assumir proporções dignas de um grande acontecimento.

A 10 de novembro próximo transcorrerá o 1º aniversário da instituição do Estado Novo. A Paraíba, perfeitamente integrada no espírito do novo regime, que veio dar rumos serenos e definitivos á Pátria, vai festejar condignamente tão relevante data cívica, de maneira a que participe das comemorações todas as classes sociais, numa vibrante demonstração de sadio patriotismo. (Jornal *A União*, 1938, p.01).

A criação e invenção de cerimônias, novos feriados e a divulgação de heróis e símbolos do poder público, retratam e configuram-se em tradições inventadas pelo Estado, no intuito de tornarem-se, junto a tantas outras, fontes fundadoras da identidade nacional. A elite alimentava um nacionalismo que contribuía para forjar identidades e inventar tradições que, se julgavam perdidas e com necessidade de serem retomadas, garantindo, assim, a formação cívica dos alunos e também da sociedade que estava presente. Heróis foram criados, mitos precisavam ser cultivados, era necessário desencadear emoções, encontrar símbolos a partir dos fatos históricos que se desejava recordar e provocar sentimentos para que as crianças aderissem a eles com paixão.

Para Hobsbawm e Ranger (1997), historicamente, em vários países e épocas diferentes, o Estado utilizou-se de uma série de rituais e comemorações no sentido de tentar mobilizar a sociedade em geral e, especialmente, os estudantes. Segundo os autores, a invenção das tradições pode ser realizada oficialmente e não oficialmente.

Nesse sentido, as invenções oficiais podem ser chamadas de políticas e surgem em Estados ou movimentos sociais, políticos e organizados, ou criados por eles; e as não oficiais, que podem ser denominadas sociais, geradas principalmente por grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles cujos objetivos não são específicos.

Nessas circunstâncias indago: seria pertinente associar as festas cívicas a tradições oficiais? A meu ver a resposta é sim, pois se tratavam de movimentos organizados e com objetivos específicos, isto é, motivar a sociedade para a construção de um país, guiado pela paz e amor à nação. De acordo com Capelato: “O apelo ao sentimento visava despertar os valores de fraternidade e união, ajudando a construir a idéia de harmonia na comunidade, neutralizadora das divisões e dos conflitos” (1998, p.221). Em seu conjunto, essas manifestações tinham a pretensão de mobilizar a população, principalmente os estudantes, na busca por reinterpretar e reinventar episódios históricos. Hobsbawm ao comentar sobre um discurso realizado por um oficial do governo indiano, em 1973, resalta que:

A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já se revelam o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação (1997, p.19).

As tradições inventadas são “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição” (Ibidem, p.09). Dessa maneira, a tradição pode ser compreendida como um processo de ritualização que se caracteriza por se referir ao passado, mesmo que impondo repetições.

A elaboração de um novo conjunto de cerimônias respondeu à necessidade de criar e veicular símbolos capazes de definir a identidade da sociedade paraibana, contribuindo na consecução de experiências, visando construir uma idéia de unidade da nação, isto é, as festas escolares acabaram constituindo uma forma de difusão de referências nacionais e isso não apenas entre os estudantes e professores, mas também para a sociedade de um modo geral. Estas comemorações estiveram intimamente associadas ao ideário varguista. Ao mesmo tempo em que as festas fizeram parte de uma cultura própria da escola, elas também contribuíram para a consolidação do sistema

político estadonovista, engendrando um modelo de cidadão a ser formado nas instituições de ensino, de acordo com o novo ideário político.

Pode-se nesse caso parafrasear Ozouf quando diz que: “Quantos sejam os propósitos políticos, tantas são as festas” (Idem). Observamos que, para a autora, “as festas procuram reviver por sua conta uma história remanipulada, reajustada, reprimida” (p.230). Conclui-se, portanto, que para ela, a festa assemelha-se a uma máquina que pode ser armada e desarmada e conseqüentemente servir a diferentes causas. “É uma imensa empreitada de retificação, pelo menos no que se refere às festas da Revolução Francesa” (Idem), concluiu a autora.

Pude constatar que, comemorações como as da Semana da Pátria (sete de setembro), o Dia da Bandeira (19 de novembro), o Dia do Trabalho (primeiro de maio) e o aniversário do Estado Novo (10 de novembro), eram as datas comemoradas com maior magnitude durante esse período. Semanas antes das comemorações e já se iniciavam os preparativos dos festejos que deveriam se revestir de todo brilhantismo. Para que tudo ficasse perfeito, logo em agosto começavam a circular os documentos destinados aos diretores das escolas, marcando reuniões em que seriam decididos assuntos relacionados às comemorações:

João Pessoa. 6 de agosto de 1937.
 Sr. Diretor da Escola Secundária,
 Aproximando-se o dia 7 de setembro data que marca a nossa independência política, tenho a subida honra de convidar-vos para na próxima 5ª feira pelas 14 horas, tomardes parte numa reunião a efetuar-se na Escola Normal Oficial, com o fim especial de organizar o programa das festas comemorativas a Semana da Pátria.
 Saudações.
 Mons. Pedro Anísio
 Diretor
 (Documento do Departamento de Educação, 1937).

Como é possível perceber, os festejos eram muito bem organizados e havia uma grande preocupação em preparar tudo antecipadamente para que nada pudesse dar errado. Além deste documento, encontrei vários outros de anos posteriores, com o mesmo propósito, isto é, com a finalidade de estabelecer cada detalhe que seria exposto ao público.

A principal proposta do Estado era construir um consenso coletivo. Percebemos então que, a questão da formação da nacionalidade e identidade nacional, processo que remonta ao século XIX, vinha ocupando espaço por todo o país e procurava fazer com que as instituições escolares fossem veículos para a propagação

dessas idéias. Fazia-se questão de noticiar as grandiosas festas escolares pelas páginas do jornal. Dessa forma, a análise desses documentos testemunha as práticas que perpassaram as instituições escolares no período revisitado, nos dando indícios de que, na Paraíba, “os feriados nacionais eram efusivamente comemorados com palestras, paradas escolares, jogos esportivos e festividades artísticas, a fim de familiarizar a mocidade com os ensinamentos cívicos do nosso glorioso passado” (PINHEIRO, 2002, p.206).

As festas deveriam assumir proporções dignas de um fato histórico a ser lembrado. Deveriam ser realizadas com o máximo brilho, associando o povo aos festejos desses dias e preleções, de maneira a evidenciar tanto as vantagens do regime vigente quanto os heróis que eram responsabilizados por esses acontecimentos. Para salientar a importância desses grandes homens, os estudantes aprendiam a ouvir e a repetir uma história que a instituição, carregada de intencionalidade, construía. As festas transportavam um conjunto de práticas, tendências, símbolos, significados, e toda uma ideologia da organização escolar, social e religiosa. “As festas escolares são rituais fundamentados na possibilidade de dramatizar valores religiosos e profanos, ou seja, valores globais, críticos e abrangentes da nossa sociedade” (BERGAMASCO, 2009, p.21). Naquele momento as festas se referiam em geral à história e aos mitos tais como celebração de datas cívicas e religiosas. “Daí a importância da festa, pois as tradições, sejam religiosas ou cívicas, não se exprimem apenas em palavras, mas também em gestos e ações coletivas” (Ibidem, p.13).

Além do significativo número de festas que relatei anteriormente, havia também os festejos religiosos, ou seja, fosse com propósitos políticos, fosse com a intenção de doutrinar a sociedade com conteúdo moral, as festas estavam presentes e eram repletas de muita vivacidade. Apesar do notável número de comemorações políticas, o calendário litúrgico também era muito significativo. Durante o ano letivo, diversas datas religiosas transcorriam o calendário escolar, entre elas o Natal, a Semana Santa e as Festas Juninas. É possível perceber a expressividade dos “períodos de sacralidade” que intercalavam os dias letivos no calendário escolar. Como nos afirma Gallego: “o tempo escolar era ritmado pelos ‘tempos de Deus’, ou melhor, da Igreja” (2008, p.100).

Os feriados religiosos eram efusivamente comemorados e assim tanto quanto as datas políticas, esses dias tinham grande significado para a sociedade. Além desses dias-santos, ocorriam também as celebrações de Primeira Comunhão, o que não

deixava de ser também uma festa e por vezes notei serem realizadas na própria escola, contando com a participação das crianças e da sociedade que ali permanecia estática e atenta, ouvindo o sermão do pároco. Interessante notar que, até mesmo nas cerimônias religiosas, oportunamente os políticos da época se faziam presentes.

A cerimonia constituiu-se u'a missa solene, celebrada pelo monsenhor Odilon Coutinho (...). Foi um ato de fé e de recolhimento, bem do espírito católico e da consciência cristã arraigada na gente paraibana (...). A solenidade teve a presença do Interventor Ruy Carneiro (*Jornal A União*, 1941, p. 08).

Se para o Estado era essencial educar a juventude civicamente, para a Igreja o importante era passar os valores morais. Existe em ambas a intenção de construir identidades: cristã, cidadã, nacional e isso a partir do culto do tempo passado. O discurso católico se utilizava com fecundidade do conceito de civilização, mas para essa instituição, tratava-se de uma civilização cristã. Nesse sentido, o espaço escolar passa a ser o lugar ideal para a transmissão desses valores e:

[...] se torna indispensável para a vida social por ser a instituição que confere o aprendizado indispensável para a vida em sociedade, pois ela não só transmite os padrões culturais em circulação como modela os comportamentos, os afetos, os instintos visando o tipo de sociedade que quer formar. As práticas escolares podem ser entendidas perfeitamente como práticas civilizatórias por abrangerem as várias esferas da vida política, econômica, social, religiosa e moral do indivíduo (ORLANDO; NASCIMENTO, 2007, p.181).

Como nos alerta os autores acima referendados, o estabelecimento escolar sempre foi visto como espaço ideal para a formação e manutenção da ordem brasileira. Durante o Estado Novo, notei existir a coexistência de datas cívicas e religiosas no calendário escolar, contudo, percebi que apesar desse fato, as relações se mantinham amigáveis na medida do possível, ou seja, não constatei nenhum tipo de disputa entre Estado e Igreja, até mesmo porque, como bem nos lembra Schwartzman: “O apoio da Igreja, a manutenção da ordem pública e dos princípios morais, o fortalecimento da família, a censura à imprensa, o ensino religioso, todas estas coisas eram bem-vindas e desejadas pelo regime, desde que não ameaçassem o sistema político” (1986, p.31). Essa relação descrita pelo autor pôde ser constatada no decorrer de minha pesquisa, pois é comum encontrar matérias relacionadas às festividades escolares em que, Igreja e Estado se faziam presentes e de certa forma dividiam a atenção do público, assim como os políticos se pronunciavam, a Igreja também tomava a palavra através da celebração

da missa: “As festas do dia 19 tiveram em Guarabira um brilho excepcional. A’s primeiras horas da manhã celebrou o cônego Emiliano de Cristo missa solene, á qual compareceram autoridades e grande massa de povo” (Jornal *A União*, 1941, p.01).

Bem como na cidade de Guarabira, temos notícias das festividades do dia 19 de abril na cidade de Patos que, também não contou apenas com a presença de políticos, mas que dividiu espaço com a Igreja:

Patos, 24 (A União) – O ‘Dia da Juventude’ e do natalício do presidente Getúlio Vargas foi aqui solenemente festejado. Pelas 5 horas, ouviu-se uma salva de 21 tiros, procedendo-se o hasteamento da Bandeira Nacional em todos os edificios públicos, presentes os alunos dos colégios e escolas do município. Seguiu-se uma passeata pelas ruas principais da cidade. A’s 7 horas, foi celebrada missa em ação de graças pelo transcurso feliz do aniversário do eminente brasileiro. O ato teve lugar na Matriz da cidade, tendo sido oficiado pelo revdm. pe. Nicoláu Freitas (Jornal *A União*, 1941, p.01).

A partir dessas colocações, é possível constatar que ao menos no Estado Novo, a situação parecia estar controlada, não havendo possíveis disputas entre Igreja e Estado no que se refere ao campo educacional. Apesar das diferenças entre os valores defendidos pela Igreja e os defendidos pelo Estado, havia aparentemente a intenção de manter a situação suportável, para que não fosse necessário mais um rompimento brusco entre essas duas instituições, como aconteceu quando fora instaurada a República. Mas apesar do cuidado em manter a situação amigável: “ao final do Estado Novo, pouco restava do pacto de 1934, e o regime de 1946 restabeleceria a tradição republicana de afastamento entre o Estado e a Igreja” (Schwartzman, 1986, p.34). Parece-nos que a situação de aparente harmonia entre ambos caiu por terra mais uma vez e fica aí a dúvida: como terá sido essa relação nos anos que sucederam o Estado Novo?

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Rita de Cássia M. P. **Festa à Brasileira**: significados do festejar, no país que “não é sério”. Tese de Doutorado. São Paulo: USP. 1998.
- BERGAMASCO, Ceci Mara S. Festas Comemorativas: a religiosidade no calendário escolar. In: **Revista Brasileira de História das Religiões-Anpuh**. v. 1, n. 3. 2009. Maringá-PR.
- CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da Escola**: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930). Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP. 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena: Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo.** Campinas, SP: Papiros, 1998.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. - (Coleção Tópicos).

GALLEGO, Rita de Cássia. **Tempo, Temporalidades e Ritmos nas Escolas Primárias Públicas em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890).** Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP. 2008.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições.** Tradução Celina Cardim Cavalcante. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ORLANDO, Evelyn de Almeida; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Igreja Católica e a Educação Brasileira: Álvaro Negromonte e o Discurso de Moralização da Nação. In: **Scientia Plena-** vol. 3- n.5. 2007. Disponível em <http://scientiaplena.org.br/num5v3.htm>. Acesso em 15 de abril de 2010.

OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. In: **História: Novos Objetos.** Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Rio de Janeiro. F. Alves, 1976.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba.** Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002: (Coleção educação contemporânea).

ROSA, M.C. Festa. In: **Dicionário crítico do lazer /** Christianne Luce Gomes (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Política da Igreja e a Educação: o sentido de um pacto.** Publicado em *Religião e Sociedade*. 1986. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/alceu.htm>. Acesso em 20 de abril de 2010.

FONTES

Jornal *A União*. 1937-1945.

Jornal *A Imprensa*. 1937-1942.

Documentos do Departamento de Educação. 1937.